



(Entrevista da Voz de Trás-os-Montes
a Jorge Humberto, Responsável pela
Distrital de Vila Real do PCP.
Edição do dia 29 de Maio)

1 - Antes de mais pode recordar o seu percurso dentro do PCP?

É com todo o gosto que o faço. Após o 25 de Abril, ainda como estudante, fiz a minha inscrição na UEC (União dos Estudantes Comunistas), fui eleito para a Direcção Nacional da JCP (Juventude Comunista Portuguesa), organização onde militei até cumprir o serviço militar. Após este, fiz parte da C. Concelhia de Torres Vedras (minha terra natal). Desde 1988 que desempenho tarefas a tempo inteiro no meu partido. No XVI Congresso, (ano de 2000) fui eleito para o Comité Central do PCP. Desde 2010, sou o responsável pela Direcção da Organização Regional Vila Real.

2 - Qual é o retracto actual do partido no distrito?

A vida do PCP no Distrito, passa sobretudo por uma estreita ligação dos seus militantes e simpatizantes, aos trabalhadores e à população. Só deste modo é possível tomar a iniciativa e dar respostas concretas aos problemas. Queremos um Partido cada vez mais ligado à vida e voltado para o futuro! Os últimos anos têm sido marcados por um esforço do colectivo partidário, em prol do reforço da organização do Partido nas suas várias vertentes. Assim, para além da realização de iniciativas de índole diversa, realizam-se Assembleias de Organização para discutir os problemas locais e eleger as Comissões Concelhias, trabalha-se no recrutamento de novos quadros (nos últimos 5 anos aderiram ao PCP 192 pessoas no Distrito), dá-se resposta diária às questões da situação política local e nacional sempre em articulação com os nossos eleitos municipais, na A. Republica e no P. Europeu.

3 - Em relação às próximas legislativas, tendo em conta a situação vivida a nível nacional, o momento de crise e as medidas de austeridade levadas a cabo pela actual legislatura, acha que o PCP pode vir a sair beneficiado por alguma animosidade por parte dos cidadãos em relação ao Governo e às políticas de direita.

O PCP, concorre ao próximo ato eleitoral, coligado com o Partido Ecologista os Verdes e muitos independentes. Juntos formam a CDU. As eleições legislativas constituem um momento da maior importância na luta pela ruptura com a política de direita e pela concretização da viragem inadiável na vida nacional. Creio que neste contexto, é justo referir, que a CDU pela sua luta, pelas suas propostas na defesa dos trabalhadores, dos que menos têm e menos podem, merecia de facto um grande resultado. Digo-o convictamente, os Portugueses seriam quem mais beneficiaria com o reforço eleitoral

da CDU. A população do Distrito ao eleger deputados do PCP para a AR, veria melhor defendidos os seus interesses e aspirações.

No nosso Distrito a situação social é preocupante: há desemprego elevado, em resultado do encerramento de empresas de comércio e indústria, mas também do abandono de explorações e produções agrícolas estratégicas para a economia regional. Damos como exemplo a batata, cereais, leite, a redução brutal de efectivos dos pequenos ruminantes e bovinos, a liquidação dos modelos de agricultura familiar sustentáveis e caracterizadores da agricultura de montanha. Denunciamos a inexistência de uma política que valorize e preserve os recursos e potencialidades da região, nomeadamente da Região Demarcada do Douro, de forma a garantir a sua especificidade e que apoie a pequena e média agricultura.

A afirmação e concretização de uma política de defesa do aparelho produtivo, de valorização da produção e de criação de emprego, são indispensáveis. A nossa região, como todo o interior, continua ter índices económicos e sociais abaixo da média nacional.

A elevação material das condições de vida, repondo salários e pensões, a reposição da protecção social na doença e no desemprego, o estímulo à natalidade e à salvaguarda do envelhecimento, o pleno exercício das funções sociais do Estado, designadamente na saúde e na educação, que reponha os níveis de resposta que fizeram do SNS e da Escola Pública, exemplos que nos enchiam de orgulho.

4 - Pese embora se trate de eleições distintas, a Coligação teve uma evolução positiva quando se analisa os resultados das legislativas de 2011 e das autárquicas 2013, passando de quarta a terceira força política mais votada. Esse é um sinal positivo para o partido?

Claro que sim! É também um estímulo importante para continuarmos o nosso trabalho. São cada vez mais aqueles que reconhecem na CDU uma força com propostas e soluções para retirar Portugal do pântano a que a política de direita o conduziu, e que sabem que há uma política alternativa, patriótica e de esquerda capaz de defender a dignidade e independência nacionais, respeitar os direitos e elevar as condições de vida do povo.

Os últimos anos ficaram marcados pela acelerada degradação de todas as esferas da nossa vida colectiva, instalando o caos dos serviços de saúde, da escola pública, da segurança social, da justiça, da ciência e das universidades, todos vítimas da política dos cortes cegos. Que o digam os utentes que recorrem às urgências do Centro Hospitalar, as nossas crianças que todos os dias se levantam de madrugada e chegam a casa à noite, os investigadores da UTAD, com problemas de financiamento, os reformados com pensões de miséria, os nossos agricultores com problemas de preços à produção e os jovens que não têm emprego e são forçados a emigrar. Que o digam os compartes dos baldios perante mais uma tentativa com vista ao esbulho do seu património baldio e os produtores pecuários detentores de pequenos ruminantes e bovinos, impedidos de auferir apoios comunitários pela recente medida tomada pelo Governo em reduzir em média mais de 80% da área forrageira para encabeçamento dos seus animais.

Portugal é o País que mais cortou nos salários e nas pensões, que tem os maiores défices de investimento, que mais viu destruídos os seus sectores produtivos e, por isso,

dos que mais se endividaram.

São anos em que se somaram casos de corrupção, compadrio e promiscuidade. Foi assim que vimos crescer na maior das impunidades a grande fraude económica e financeira do Grupo Espírito Santo, do BPN, do BCP e do BPP. Isto não pode continuar!

5 - A saúde no interior, em especial no distrito, é uma área que tem sido muitas vezes abordada pelo PCP, tendo sido classificada a situação actual muitas vezes como alarmante...

O encerramento e degradação da qualidade dos serviços, o aumento das taxas moderadoras, as listas de espera, os utentes sem médico de família, o desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde, (SNS) a errada planificação e gestão dos recursos humanos são alguns dos problemas que temos levantado e que nos continuam a preocupar. Insurgimo-nos com o caos nas urgências, com tempos de espera superiores aos limites de segurança do utente, com macas de ambulâncias retidas nos hospitais para resolver o problema da falta de camas, com a falta de equipamento e material ligados ao bem-estar do doente. Exigimos que seja assegurado o transporte de doentes não urgentes.

Este é o resultado da política de direita executada por governos do PS, PSD e CDS com o objectivo de transferir a prestação de cuidados no SNS para o sector privado.

É urgente o reforço de meios, nomeadamente pela contratação a tempo inteiro dos profissionais necessários aos diversos níveis. **Defendemos para a região:** O reforço de todas as unidades de saúde a nível Hospitalar e cuidados primários. Reafirmamos que a proximidade de cuidados de saúde faz parte dos critérios de qualidade. É importante o reforço da Unidade Hospitalar de Vila Real, é igualmente importante a qualificação da Unidade Hospitalar de Chaves e o aproveitamento público do Hospital D. Luis na Régua. Também nos cuidados primários é importante o reforço das unidades de saúde familiar e que estas se aproximem o mais possível das populações.

6 - Outra questão que tem merecido a atenção do partido é a Casa do Douro. Quais as perspectivas e que desfecho gostariam de ver para aquele organismo?

No seguimento da acção destruidora dos Governos do PS, PSD/CDS, com o acordo do Presidente da República, aprovaram uma lei que transforma a Casa do Douro numa associação de direito privado, provocando e agravando as acções contra a Casa do Douro enquanto entidade pública, contra os pequenos e médios lavradores, contra o património da lavoura duriense e contra a Região Demarcada.

O PCP defende que a Casa do Douro continue como património da lavoura e exige a mudança de políticas de ruína, para que seja anulada a lei e que sejam devolvidos à Casa do Douro os seus poderes públicos.

É necessário e urgente, que se faça o justo saneamento financeiro da instituição, o acerto das dívidas aos trabalhadores da Casa do Douro e a manutenção dos postos de trabalho.

7 - O PCP sempre defendeu que para ao desenvolvimento económico é preciso apostar na produção. Que medidas defendem para que seja possível revitalizar o sector produtivo?

Em primeiro lugar é necessário mobilizar as pessoas, apostar na sua criatividade e valorizar os nossos recursos. Promover o comércio tradicional em estrita ligação com as nossas produções. Incentivar um plano Distrital de apoio às Micro, Pequenas e

Médias Empresas. Apoiar o desenvolvimento de uma indústria ligada às especificidades do Distrito, nomeadamente aos seus recursos naturais e à agricultura. Apostar no turismo em todas as suas vertentes, articulando-o com os ciclos da natureza, de forma a torná-lo rentável ao longo do ano. Isentar a A24 e a A4 de portagens. Repor os benefícios fiscais às empresas que se instalem na região. Defendemos que a regionalização, é uma condição necessária para o seu desenvolvimento.

8 - A região continua a sofrer com a desertificação, um fenómeno que advém do abandono do interior e da quebra constante na natalidade. O que fazer para alterar essa realidade?

Para além das questões anteriormente referidas, são necessárias políticas de investimento público e de coesão territorial, que estructurem o território e combatam o despovoamento e a desertificação. É preciso devolver aos Jovens a esperança e a confiança no futuro da Região e do País. É necessário criar emprego estável e com direitos e mais legislação que proteja a maternidade.

9 - Apesar de no círculo de Vila Real o PCP nunca ter elegido um representante na Assembleia da República, os deputados comunistas (eleitos por outros territórios) têm levado o distrito e os seus problemas até Lisboa...

Assim é. Ao longo deste mandato, têm sido inúmeras as visitas de deputados do PCP ao distrito. Não tendo o PCP deputados eleitos pelo distrito, temos realizado na AR e no PE um conjunto de intervenções e propostas em torno de problemas concretos do distrito que nos deixa muito à vontade para rivalizar com outros que tendo Deputados, só se lembram deles nos actos eleitorais. Nessas alturas aparecem, fazem promessas que não cumprem e voltam passados quatro anos. Este é um problema que acentua o descrédito, visível na abstenção, que de eleição para eleição vem aumentando. Nós somos diferentes! Para nós, a palavra dada é para cumprir e quem não a cumpre deve ser penalizado. Os eleitores têm agora nas suas mãos, a oportunidade de o fazer nas urnas. O voto na CDU, é um voto que não será traído.

10 - Estamos a menos de cinco meses das eleições legislativas, já é possível levantar um pouco o véu sobre o perfil daqueles que vão ser os rostos candidatos pelo círculo eleitoral de Vila Real?

Os candidatos que iremos apresentar ao eleitorado, terão que reunir um conjunto de critérios que para nós são essenciais.

O trabalho, a honestidade, a competência, a dedicação, a disponibilidade, o conhecimento da realidade do Distrito são factores que, entre outros, pesam na escolha. Serão homens e mulheres, ligados à vida do distrito e com disponibilidade para servir a Região e o país, sem tirar benefício pessoal do cargo de Deputado.

Desde logo o facto de, sendo eleitos, não podem ser beneficiados nem prejudicados. Esta é uma regra, assumida colectivamente, que se aplica não só aos deputados, mas a todos os eleitos. Estamos nos cargos para servir e não para nos servirmos. E é desta forma que também nos diferenciamos das outras forças políticas.

Jorge Humberto H. Santos